

JOAO PAULO SILVA DE OLIVEIRA, rio Mucuri, município de Carlos Chagas/MG, criação animal.
 JOSAMAR JESU DA SILVA, rio Tocantins, Município de Palmeirante/TO, criação animal.
 JOSE JOAQUIM DE ALMEIDA FIGUEIREDO, Rio Alcobaça ou Itanhém, município de Teixeira de Freitas/BA, irrigação, preventiva.
 JULIO CESAR CAVALCANTI FERREIRA rio São Francisco, município de Ibotirama/BA, irrigação, transferência.
 LATICINIOS BELA VISTA LTDA, rio Paraíba do Sul, município de Três Rios/RJ, indústria.
 LEOVAGNE MELO SOUZA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Glória/BA, irrigação.
 MANOEL LAURINDO DO NASCIMENTO, rio São Francisco, Município de Mantenedópolis/ES, irrigação.
 MARIAN DERKS E OUTROS, UHE Jurumirim, Município de Cerqueira César/SP, irrigação.
 MOACIR DE OLIVEIRA PRETO, rio das Antas, município de Socorro/SP, outros.
 NESTLE SUDESTE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA, rio Paraíba do Sul, município de Três Rios/RJ, indústria, transferência.
 NOÉ DA SILVA SÁ, UHE Luiz Gonzaga, Município de Glória/BA, irrigação.
 NOVA INDIANA AGROPECUARIA LTDA, rio São Francisco, município de Ibotirama/BA, irrigação.
 ODILIA DA CUNHA PEIXOTO CACADO, rio Jequitinhonha, município de Salto da Divisa/MG, criação animal.
 ORLANDO MENELI, Rio Cricaré Ou Braço Sul Do Rio São Mateus, município de Nova Venécia/ES, irrigação.
 ROBSON CARLOS DE PAIVA, rio Moji-Guaçu, município de Pirassununga/SP, irrigação.
 RUBENS ANTONIO DE AZEVEDO, UHE Peixe-Angical, município de Peixe/TO, irrigação.
 SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA - SAP/MAPA, UHE Canoas I, Município de Itamaracá/TO, aquicultura, preventiva.
 SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA - SAP/MAPA, UHE Itaipu, Município de Santa Teresinha de Itaipu/PR, aquicultura, preventiva.
 SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA - SAP/MAPA, UHE Itaparica, Município de Petrolândia/PE, aquicultura, preventiva.
 SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA - SAP/MAPA, UHE Lajeado, Município de Lajeado/TO, aquicultura, preventiva.
 SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA - SAP/MAPA, UHE Piraju, Município de Piraju/SP, aquicultura, preventiva.
 SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZACAO, rio São Francisco, município de Petrolina/PE, esgotamento sanitário.
 SIVANILDE NASCIMENTO RAMOS DE SOUZA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Glória/BA, irrigação.
 VIVIANE COELHO DE CAMARGOS GOMES, rio Uruçuia, município de Arinos/MG, irrigação.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 46, DE 19 DE JUNHO DE 2020

Altera a Instrução Normativa nº 2, de 27 de agosto de 2019, que dispõe sobre critérios e procedimentos gerais para autorização de concursos públicos e de provimento de cargos públicos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição; e tendo em vista o disposto no art. 44 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa nº 2, de 27 de agosto de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º

IV - a disponibilidade orçamentário-financeira;

V - o alinhamento da admissão de pessoal com o aumento da eficiência, eficácia e efetividade da prestação de serviços e das políticas públicas; e

VI - a necessidade de estudo de impacto de longo prazo da despesa de pessoal, de modo a fortalecer a capacidade institucional e a preservar o equilíbrio fiscal do Estado."(NR)

"Seção IV

Decisão para fins de autorização do concurso

Art. 17-A. O processo de análise das solicitações de autorização de concurso público deverá ser instruído pelo Ministério da Economia com os elementos necessários para a tomada de decisão.

Parágrafo único. Deverá ser incluída, na análise de que trata o caput, a estimativa de impacto da despesa a longo prazo, considerando, dentre outros fatores, as progressões e promoções, os eventuais reajustes e a incorporação de gratificações." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de julho de 2020.

PAULO GUEDES

CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 136, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Estabelece regras para realização de audiências públicas de projetos e empreendimentos que integram o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS, nos termos do artigo 13-A, parágrafo único, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Delegar ao órgão ou entidade competente pela execução de processo licitatório de projeto ou empreendimento qualificado no Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, a definição do local onde será realizada a audiência pública, conforme previsto no art. 13-A, parágrafo único, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016.

Parágrafo único. Além dos projetos e empreendimentos qualificados no PPI, a delegação prevista no caput deste artigo se aplica igualmente aos projetos inseridos nas políticas federais de fomento a que alude o art. 4º, inciso III, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016.

Art. 2º O órgão ou entidade referido no art. 1º desta Resolução poderá realizar audiências públicas de forma virtual e remota, com a utilização de mecanismos de tecnologia da informação, como alternativa à realização de audiência pública de modo presencial.

§ 1º Na hipótese prevista no caput deste artigo, a plataforma tecnológica disponibilizada deve permitir acesso amplo, direto e interativo aos cidadãos interessados, bem como garantir integridade e rastreabilidade das informações geradas.

§ 2º Será assegurado aos interessados o direito de acessar e visualizar a gravação da audiência pública até a data de realização da licitação do projeto.

Art. 3º A realização de audiência pública deverá ser precedida de ampla divulgação, com aviso de convocação, do qual constará a data, horário, forma e local, devendo ser disponibilizados, em todos os casos, os documentos e informações necessárias à participação dos interessados.

Parágrafo único. Na convocação para a audiência pública realizada de forma virtual e remota, adicionalmente ao disposto no caput deste artigo, devem ser disponibilizadas todas as instruções pertinentes ao acesso à plataforma tecnológica e à forma de cadastro e participação do cidadão.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

MARTHA SEILLIER
Secretária Especial do Programa de Parcerias de Investimentos

RESOLUÇÃO Nº 137, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a inclusão das avaliações e levantamentos sobre o Mercado Livre do Produtor - MLP no escopo dos estudos especializados necessários à desestatização das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S. A. - CEASAMINAS, a serem contratados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS - CPPI, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, caput, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, em conjunto com o artigo 6º, incisos II, alínea "f", e V, ambos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997,

Considerando que as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S. A. - CEASAMINAS, empresa de economia mista vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, criada pela Lei nº 5.577, de 20 de outubro de 1970, foi incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND por meio do Decreto nº 3.654, de 07 de novembro de 2000;

Considerando que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na qualidade Gestor do Fundo Nacional de Desestatização - FND, possui a competência de promover a contratação de consultoria, auditoria e outros serviços especializados necessários à execução das desestatizações, conforme estabelecido pelo inciso IV do art. 18 da Lei nº 9.491, de 09 de setembro de 1997;

Considerando que o BNDES promoveu a contratação do "Serviço A", consistente na precificação de ativos imobiliários e avaliação econômico-financeira da CEASAMINAS, e do "Serviço B", consistente na avaliação econômico-financeira, contábil, técnico-operacional, e outros serviços especializados necessários à desestatização da CEASAMINAS;

Considerando a necessidade da continuidade da realização dos estudos especializados, sendo necessária a contratação do "Serviço C", que engloba os serviços de modelagem e assessoria jurídica do processo de desestatização da CEASAMINAS;

Considerando que o Mercado Livre do Produtor - MLP, cujas áreas são de propriedade do Estado de Minas Gerais, encontram-se dentro do perímetro dos entrepostos da CEASAMINAS, configurando-se em elemento que influi na modelagem do processo de desestatização da CEASAMINAS;

Considerando que o Conselho Nacional de Desestatização - CND possui a competência de aprovar a contratação, pelo Gestor do Fundo Nacional de Desestatização, de pareceres ou estudos especializados necessários à desestatização de setores ou segmentos específicos, conforme estabelecido pelo inciso II do art. 6 da Lei nº 9.491, de 1997;

Considerando que o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI passou a exercer as funções atribuídas ao Conselho Nacional de Desestatização - CND, conforme estabelecido pelo inciso V do art. 7 da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016; resolve:

Art. 1º Fica o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES autorizado a contratar os estudos especializados necessários à desestatização das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S. A. - CEASAMINAS, para fins da desestatização objeto do Decreto nº 3.654, de 07 de novembro de 2000, incluindo as avaliações e levantamentos referentes ao Mercado Livre do Produtor - MLP.

Parágrafo Único. As despesas incorridas pelo BNDES com a contratação prevista no caput deste artigo deverão ser consideradas pela União para fins do ressarcimento previsto no artigo 21 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

MARTHA SEILLIER
Secretária Especial do Programa de Parcerias de Investimentos

PORTARIA CONJUNTA Nº 254, DE 23 DE JUNHO DE 2020

Institui o Grupo de Desenvolvimento de Líderes do Futuro e o Programa Piloto "LideraGOV" de Desenvolvimento de Líderes.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA e o PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e o art. 1º, inciso XVIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e os arts. 1º, inciso V e 19, inciso I, do Anexo I, do Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, resolvem:

CAPÍTULO I

GRUPO DE DESENVOLVIMENTO DE LÍDERES DO FUTURO

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Desenvolvimento de Líderes do Futuro, no âmbito do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, voltado ao aprimoramento do desenvolvimento de pessoas dos quadros de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional com os objetivos de:

I - oportunizar o desenvolvimento estratégico de líderes no âmbito da administração pública federal por meio de programas de desenvolvimento específicos;

II - definir as competências de liderança para o setor público necessárias para o aprimoramento institucional e para o desenvolvimento do País;

III - identificar servidores públicos com aptidão de gestão e potencial de liderança e ofertar-lhes a participação em programas de liderança e em ações de desenvolvimento profissional;

IV - criar mecanismos de incentivo ao desenvolvimento profissional contínuo de servidores públicos em posições de liderança;

V - zelar para que a administração pública federal tenha sempre servidores públicos qualificados e disponíveis para exercer posições de liderança de forma eficiente, eficaz e efetiva;

VI - acompanhar a evolução profissional do servidor público egresso do programa de desenvolvimento de líderes, a partir de cadastro específico; e

VII - construir rede de servidores públicos com alta capacidade de gestão e liderança a partir dos egressos do programa de desenvolvimento de líderes.

Art. 2º O Grupo de Desenvolvimento de Líderes do Futuro será composto por:

I - dois representantes, titulares e suplentes, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia; e

II - um representante, titular e suplente, da Escola Nacional de Administração Pública.

§ 1º A presidência do Grupo de Desenvolvimento de Líderes do Futuro será exercida por um dos representantes da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 2º Os representantes, titulares e suplentes, serão indicados pelo Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, e pelo Presidente da Escola Nacional de Administração Pública, e designados em ato do Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 3º A Secretaria-Executiva do Grupo de Desenvolvimento de Líderes do Futuro será exercida pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, que fornecerá o suporte necessário para o cumprimento das atividades do colegiado.

§ 3º A participação no Grupo de Desenvolvimento de Líderes do Futuro e o exercício das demais funções a ele correlatas serão considerados prestação de serviço público relevante, não remunerado.

Art. 3º As reuniões do Grupo de Desenvolvimento de Líderes do Futuro ocorrerão, ordinariamente, a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que convocadas pelo seu presidente.

